

Manual de Métodos de Investigação em Ciência Política



Manual de Métodos de Investigação em Ciência Política

2024

COORDENAÇÃO

Susana Rogeiro Nina

Pedro Silveira

João Terrenas

Liliana Reis



MANUAL DE MÉTODOS DE INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

AUTORES

Susana Rogeiro Nina, Pedro Silveira, João Terrenas, Liliana Reis

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

Avenida Emídio Navarro, 81, 3.º D

3000-151 Coimbra

Tel.: 239 851 904 • Fax: 239 851 901

www.almedina.net • editora@almedina.net

DESIGN DE CAPA

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

PAGINAÇÃO

Aresta Criativa – Artes Gráficas

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

????????????????

Abril, 2024

DEPÓSITO LEGAL

....

ISBN

978-989-40-1864-3

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infrator.



GRUPOALMEDINA

PREFÁCIO

Este manual demonstra a maturidade da comunidade de ciência política em Portugal, não só porque os seus autores são todos professores da disciplina em Universidades portuguesas, como porque muitos dos exemplos e estudos de caso que o ilustram já integram a investigação aqui realizada.

Como uma grande tradição em língua inglesa e em vários países europeus, a prática de escrever manuais de Ciência Política é ainda insipiente em Portugal. Quando comecei a ensinar na área, no ISCTE-IUL e depois no ICS da Universidade de Lisboa, utilizava manuais em língua inglesa, já que os únicos decentes em português eram publicados no Brasil e de difícil acesso em Portugal. Só depois se começaram a traduzir do italiano alguns outros de boa qualidade. Um dos que mais gostava e tinha boa recepção por parte dos alunos era o *Issues and Methods in Comparative Politics. An Introduction, de Todd Landman* (Routledge, 2003). Nessa altura também o principal problema a resolver (e meu sobretudo) era ultrapassar a “matematicofobia” dos alunos de ciências sociais, quando uma nova geração de cientistas políticos se começou a reciclar em cursos intensivos de métodos quantitativos (ou utilizava o outsourcing metodológico) e começou a admirar com intensidade amorosa a economia. Eu que não passava do método “Histórico-comparativo”, também fugia a entrar no tema, que no ISCTE estava reservado felizmente aos especialistas de “métodos”.

Este manual, destinado a estudantes e iniciados vindos de outras disciplinas das ciências sociais representa, não só, como salientei, a maturidade da disciplina, como também a expansão de um corpo de professores

de grande qualidade nas Universidades portuguesas, marcando o fim de um certo paroquialismo que dominou a disciplina no passado. A experiência pedagógica dos seus autores foi com certeza essencial para a escrita deste manual, simultaneamente rigoroso e acessível.

António Costa Pinto

INTRODUÇÃO

O pensamento e a análise de assuntos políticos levam já bastantes séculos. No entanto, apesar da relevância de tantos percursores fundamentais – como Aristóteles, Hobbes ou Tocqueville –, o surgimento da Ciência Política enquanto disciplina acadêmica com aspirações científicas começou a tomar forma apenas no final do século XIX e início do século XX. Nesse gradual e complexo processo de afirmação (principalmente face à História, à Filosofia e ao Direito) foi fundamental a utilização de métodos de análise que, não sendo necessariamente novos ou exclusivos da disciplina, visaram garantir um carimbo de fiabilidade.

Diversos fatores contribuíram para essa transformação, desde a uma evolução mais ampla no campo das ciências sociais até revoluções epistemológicas ou transformações políticas e sociais no contexto internacional. Por um lado, no final do século XIX emergiram disciplinas “vizinhas” da Ciência Política como a Sociologia, a Psicologia ou a Economia. O efeito desse movimento de amplitude das ciências sociais – caracterizado pelo uso de métodos científicos para estudar não só a sociedade, mas também o comportamento humano – expandiu-se ao estudo dos fenómenos políticos.

Foi, no entanto, a partir de meados do século XX, com a chamada “revolução behaviorista” e a cristalização do paradigma positivista, que se verificou uma alteração significativa na investigação em Ciência Política. A importância concedida ao comportamento observável e aos métodos quantitativos como meio para explicar os fenómenos políticos aumentou significativamente. Essa mudança veio acentuar a linha divisória face a abordagens mais normativas e filosóficas de fenómenos políticos. O paradigma positivista afirma-se neste período, dando à disciplina um cunho

marcadamente empírico. Assim, desde então, a recolha e análise de dados de forma sistemática, o teste de hipóteses e a obtenção de conclusões empiricamente observáveis tornaram-se comuns na investigação politológica.

Em virtude das críticas à revolução behaviorista, ao longo do tempo, a ciência política tem procurado incorporar uma ampla variedade de abordagens epistemológicas e metodológicas. Ademais, o pós-II Guerra Mundial aumentou o interesse na compreensão dos sistemas e instituições políticas, mas também ao nível do comportamento individual. As mudanças sociais e políticas durante esse período alimentaram a procura por abordagens mais sistemáticas e científicas para a compreensão desses fenômenos políticos. Neste sentido, há atualmente um reconhecimento do valor de diferentes perspectivas epistemológicas (como o interpretativismo), da abordagem qualitativa e da análise histórica. É este pluralismo metodológico que permite aos cientistas políticos abordar, de modos muito distintos, um leque muito amplo de questões de investigação.

O livro “Manual de Métodos de Investigação em Ciência Política” visa reflectir (sem a esgotar) essa diversidade. Apresenta-se como um instrumento de trabalho para iniciantes em investigação científica em Ciência Política, permitindo-lhes descobrir sete métodos. Cada capítulo corresponde a um desses métodos e foi escrito por académicos de reconhecida experiência e competência metodológicas. Aos autores foi pedido que apresentassem o método e revelassem a sua aplicabilidade na investigação em Ciência Política. É esta ênfase na explicação de cada método especificamente nesta área disciplinar que torna este manual diferenciador da restante literatura sobre metodologias de investigação.

Através de uma linguagem simples, acessível, pedagógica, mas sem nunca abdicar do rigor científico crucial a uma obra deste teor, cada capítulo fornece um referencial da aplicabilidade de cada método. Recorrendo a variados casos concretos da Ciência Política e exemplos práticos da sua utilização, visa ser um primeiro (mas sólido) passo de um investigador nesta área. Deste modo, assume-se como um guia de auxílio na escolha do método de investigação, revelando as potencialidades (e fragilidades) de cada um.

Com efeito, além de ilustrar brevemente em que consiste cada método e a lógica subjacente à sua aplicabilidade, cada capítulo aborda as vantagens, desvantagens e desafios da sua utilização numa investigação em Ciência Política, enfatizando as áreas ou temas específicos em que poderá ser mais

útil. Simultaneamente, os capítulos contemplam a referência a alguns dos principais autores da área de Ciência Política que recorreram ao método e também referências mais aprofundadas a investigações paradigmáticas. Com esta abordagem pretende-se dar a conhecer ao leitor investigações, nacionais ou internacionais, que ilustrem claramente como a utilização de um determinado método foi fundamental para a investigação.

O manual encontra-se organizado em sete capítulos, correspondendo cada um a um método de investigação. O primeiro capítulo sobre o “Método Estatístico” parte de um exemplo ficcionado de puzzle de investigação com o intuito de explicar não só os passos necessários para a correcta aplicabilidade do método estatístico e reduzir a complexidade inerente à análise estatística, mas sobretudo as suas vantagens e limitações para investigação em Ciência Política. O segundo e terceiro capítulo contemplam o “Método Comparativo” e “Método Histórico-Comparativo”, respetivamente. O primeiro tem sido apontado como um dos métodos fundamentais da Ciência Política, e o capítulo revela o seu carácter intermédio na validação de hipóteses de investigação quando comparado com o método experimental, estatístico ou estudo de caso. Já o terceiro capítulo revela como o “Método Histórico-Comparativo” tem permitido vários contributos originais relativos a processos políticos de longo prazo, como a democratização e a formação de regimes democráticos.

No quarto e quinto capítulos são introduzidos o “Método Experimental” e o “Método Etnográfico”, respetivamente. Embora sejam ambos métodos em expansão nas Ciências Sociais, em geral, e na Ciência Política, em particular, a sua utilização não é tão comum como os restantes métodos. Neste sentido, o quarto capítulo além de fornecer uma compreensão sobre a aplicabilidade do método experimental em ciência política, sublinhado a sua vantagem para o estabelecimento de uma relação causal (causa-efeito) apresenta também os estudos mais recentes feitos em Ciência Política com recurso a este método. Além disso, demonstra como determinadas questões de investigação beneficiam largamente da sua utilização, sendo dado particular destaque a estudos experimentais feitos por politólogos portugueses (como o efeito da exposição a debates políticos televisivos, os fatores associados ao exercício do voto preferencial ou ainda atitudes face à possibilidade de minorias ocuparem cargos de poder). Já o quinto capítulo, expande a abordagem metodológica além dos métodos de cariz mais quantitativo para uma perspetiva interpretativista, apresentado o método

etnográfico como meio de fornecer uma descrição densa da realidade política. Através da identificação, análise e interpretação dos contornos e significados, visa-se com este método dar sentido a uma realidade complexa.

No sexto capítulo é introduzido o “Estudo de Caso”. Neste capítulo, além da apresentação das várias tipologias de estudo de caso e de como as mesmas devem ser escolhidas em função do objeto de estudo, procurou-se desmistificar a ideia comum dos estudos de caso como metodologicamente inferiores a outros métodos científicos. Recorrendo a exemplos empíricos, como a análise em profundidade da coordenação governamental para compreender o modelo executivo português ou o estudo da evolução do Partido Socialista português com o intuito de compreender o papel da liderança das organizações partidárias, este capítulo revela a potencialidade deste método no estudo científico dos fenómenos políticos. Finalmente, os “Métodos Mistos” surgem no sétimo capítulo. Neste, revela-se e exemplifica-se a existência de fenómenos políticos de elevada complexidade, cuja resposta incentiva a combinação de métodos, sejam eles de natureza qualitativa ou de natureza quantitativa. Fornece-se um guião das várias tipologias de métodos misto e de como os as mesmas se adequam a diferentes perguntas de investigação ou diferentes ambições científicas.